

O CONCEITO DE TRABALHO NA ERGOLOGIA: DA REPRESENTAÇÃO À ATIVIDADE¹

The concept of work in Ergology: from representation to activity

HOLZ, Edvalter Becker²

BIANCO, Mônica de Fátima³

RESUMO

A incorporação da Ergologia na produção de conhecimento no Brasil nem sempre apresenta a devida discriminação de terminologias, o que sugere dificuldade na distinção da particularidade dos conceitos ergológicos em sua especificidade, sendo essa dificuldade recorrente, em especial, no uso da palavra “atividade”. Tendo em vista tal adversidade e ausência, na literatura ergológica brasileira, de discussões com este propósito, objetivamos, neste ensaio, discutir o conceito de trabalho na Ergologia enfocando suas especificidades em relação àquilo sobre o que ele visa lançar luz: a atividade humana. Para tanto, organizamos o artigo da seguinte maneira: problematizamos a conceituação do trabalho; remetemos a noção de trabalho ao histórico e ao social, resgatando elementos do pensamento ocidental dedicado ao tema, da Grécia antiga até a Modernidade, para ressaltar algumas de suas variações; situamos e discutimos a conceituação ergológica de trabalho, reafirmando seu propósito: revelar dimensões em penumbra da atividade humana e restituir-lhe historicidade e singularidade, irreduzíveis no trabalho real, mas tradicionalmente ignoradas no plano da representação conceitual; tecemos as considerações finais indicando questões para discussões futuras.

Palavras-chave: Ergologia; Conceito de trabalho; Atividade.

ABSTRACT

The incorporation of Ergology in knowledge production in Brazil not always present due to discrimination terminology, which suggests difficulty in distinguishing the particularity of ergológicos concepts in their specificity, and this recurrent difficulty, especially in the use of the word “activity”. In view of this adversity and the absence of discussions on this topic in the ergological literature, in this paper we aim to discuss the concept of work in Ergology with a particular focus on its relation to human activity. Therefore, this paper is organized as follows: we problematize the conceptualization of work; we refer the notion of work to the historic and social, reviewing elements of Western philosophy dedicated to this subject, from Ancient Greece to modernity, to highlight some of its variations; we discuss the conceptualization of work in Ergology reaffirming its purpose: reveal human activity's dimensions in shadows and restore its historicity and uniqueness, irreducible at real labor but traditionally ignored in terms of conceptual representation; lastly, some final considerations that points to further discussions.

Keywords: Ergology; Concept of work; Activity.

¹ Este artigo é resultado parcial de pesquisas realizadas pelos autores em projeto com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES.

² Mestrando em Administração e Graduado em Administração, ambos pela UFES. E-mail: <e.becker.holz@gmail.com>.

³ Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Engenharia de Produção Mecânica pela Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) da USP. Professora Associada da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: <mofbianco@gmail.com>.

INTRODUÇÃO

No campo da produção de conhecimento ergológico, é sabido que o entendimento de termos como normas antecedentes, renormalização, usos de si, corpo-si, dentre outros, requer como condição imprescindível o entendimento paralelo do contexto de sua elaboração, a saber, a proposta conceitual da Ergologia de Yves Schwartz. Porém, tratando-se de termos como trabalho e atividade, cuja utilização é também comum na vida cotidiana, ampliam-se os riscos de uso indiscriminado ou confuso na literatura ergológica, sendo esse problema um dos aspectos apontados na análise de Santos (2012)⁴ sobre parte da incorporação da Ergologia no Brasil. Uma dificuldade recorrente na distinção da particularidade dos conceitos ergológicos em sua especificidade aparece, especialmente, no uso da palavra “atividade”.

Diante disso, torna-se necessário reafirmar a relevância do fato de que os conceitos elaborados na abordagem ergológica, cujo entendimento é essencial para sua leitura e utilização, são definições contextualizadas e, portanto, não seguem a lógica de um dicionário com referências que se pretendem definitivas (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008). Nesse sentido, com o propósito de contribuir com a discussão e maior esclarecimento, revisitamos, neste ensaio, a literatura pertinente para discutir o conceito de trabalho e o ato mesmo de conceituá-lo, do ponto de vista da Ergologia, bem como sua ligação com o termo atividade nessa abordagem.

Esclarecemos de antemão que, evitando o que Le Goff (1993) chama de “fetichismo dos fatos”, que é a recusa de se aplicar em determinada época conceitos que nela não existiam, a palavra “trabalho” pode aparecer por vezes ao falarmos de um contexto histórico em que a mesma e o sentido que ela hoje transmite ainda não existiam.

CONCEITUAR O TRABALHO?

De início, é preciso ter em mente que, por um lado, se a ambição e a capacidade de conceituar, que é característica de todo ser humano (SCHWARTZ, 2008), implicam problematizar a fabricação do saber, uma vez que os conceitos só se tornam eficientes ao neutralizar a história e isso é em parte uma deriva, uma mutilação (SCHWARTZ, 2002), por outro lado, pensar através de conceitos é também um imperativo (DURRIVE, 2011) e conceituar é, antes de tudo, a colocação em palavras, o que tem como consequência a tomada de consciência daquilo que se busca compreender. Portanto, conceituar o trabalho é não apenas relevante, mas necessário na medida em que esse conceito veicula consigo valores. Em outros termos, o conceito é um instrumento a serviço não apenas do conhecimento, mas também da vida, pois no ato de conhecer o homem afirma valores vitais (DURRIVE, 2011). “O esforço de conhecer é também um esforço de viver” (DURRIVE, 2011, p.59), sendo que o conhecimento é também uma competência humana (VERGNAUD, 1996).

Posto isso, se o conceito como resultado do esforço intelectual é, por vezes, acusado de ilusão ou mal-entendido, é preciso também considerar que a atividade

⁴ O cenário da pesquisa limitou-se à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e ao Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, do Centro Universitário UNA, conforme ressalva da autora.

intelectual é ela própria também uma atividade vital (DURRIVE, 2011), o que leva a crer que a rejeição da elaboração conceitual pode também ser acusada de impedimento de um exercício formador, impedimento do retrabalho dos valores humanos, sociais e coletivos, impedimento da renovação dos saberes formais (estes também parte integrante de dispositivos que visam problematizar o bem e o mal conceitual), impedimento da transformação dos meios de vida. Como bem colocam Durrive e Schwartz (2008), o conceito é um instrumento para pensar; ele permite recortar, definir, generalizar, abstrair-se do presente, e forma, com a vida, uma unidade dialética: a vida humana promove a conceptualização para alargar os seus horizontes de domínio do meio.

Entretanto, para que essa tarefa – conceitual – não se desempenhe como uma mutilação, produto de um manto de suposta neutralidade, ao cumpri-la, é necessário problematizar o conceito de trabalho que se busca esclarecer (SCHWARTZ, 2003). Ou seja, é preciso associá-lo ao histórico e ao social, adotar como postura epistemológica a prática de “mostrar lugares escondidos, lógicas internas que não aparecem, filiações e rupturas históricas nos sistemas conceituais e remetê-los eventualmente a complexos de valores e de escolhas” (SCHWARTZ, 2001, p.147).

Com efeito, uma breve recapitulação do pensamento ocidental dedicado ao tema “trabalho”, da Grécia antiga até a Modernidade, passando por pensadores como Agostinho (1969, 1990, 2005), Smith (1981), Saint-Simon (1965), Hegel (2005), Marx (1988), Durkheim (1999) e Weber (1994) deve bastar, no sentido de mostrar que a noção do trabalho é histórica e polissêmica, emergindo com diversas (e divergentes) formas de representação ao longo da história. A noção de trabalho, sem dúvida, varia de sociedade para sociedade, bem como varia no interior de uma mesma sociedade ao longo do tempo (TERSSAC; MAGGI, 2004). Isso, entretanto, não impede a busca pela elaboração conceitual em questão. Pelo contrário, serve de guia. Assim, como ponto de partida, colocamos um questionamento basal: *Esta palavra, “trabalho”, o que ela busca representar?*

TRABALHO – UMA PALAVRA, MUITA HISTÓRIA

Quando buscamos, na literatura, uma “origem” do trabalho como atividade produtiva, três momentos históricos são encontrados, apontados por Schwartz (2011a): 1) a partir da fabricação das primeiras ferramentas pelo *homo habilis*, cerca de 2,5 milhões de anos atrás, destacada por possibilitar, desde então, que as primeiras espécies industriais pudessem progressivamente suplantar a seleção natural; 2) a Revolução Neolítica, ocorrida por volta de 7.500 a.C., momento de significância social, econômica e cultural; 3) o desenho do trabalho pela Revolução Industrial e pelo assalariamento: a porção de tempo trocada por remuneração, o “tempo de vida vendido”. A existência desses três “nascimentos” do trabalho exemplifica, em parte, a dificuldade de se delimitar, pelo pensamento conceitual, o trabalho como objeto.

Diante desse impasse, podemos problematizar ainda mais e buscar uma “origem” do trabalho também no plano da representação, o que remonta à Grécia Antiga. As primeiras reflexões acerca do trabalho, conforme situa Migeotte (2005),

aparecem nas obras homéricas;⁵ posteriormente, por volta de 700 a.C., na obra *Os Trabalhos e os Dias*, de Hesíodo; e também em outras obras poéticas do período arcaico (aproximadamente 800 – 500 a.C.⁶). O autor esclarece que essas são as primeiras expressões de um pensamento cujo ponto culminante é atingido no período Clássico, no século V, e principalmente no século IV, em textos de Xenofonte, Platão, Sócrates e Aristóteles.

O que buscamos ressaltar aqui é a relação da representação então tecida em torno do trabalho com o contexto histórico, bem como a relação entre o trabalho humano e a vida social. Antes do século VI, o pensamento filosófico ainda não havia surgido e prevaleciam as explicações míticas (VERNANT, 1977). Desse modo, *Os Trabalhos e os Dias* são um hino ao trabalho agrícola marcado pelo pensamento teogônico.⁷ Conforme explicam Vernant e Vidal-Naquet (1989), o lavrador de Hesíodo não tem o sentimento de aplicar uma técnica de cultura ao solo nem de exercer um ofício. O trabalho é, na obra de Hesíodo, uma forma de vida moral e de experiência religiosa, visto que os deuses estão encarnados na natureza, não sendo possível separar o que pertence à teologia, à ética ou ao trabalho da agricultura. Esses planos se confundem num mesmo espírito de ritualismo minucioso. Assim, conforme resumem os autores citados, o trabalho em Hesíodo é uma forma de experiência e comportamento religioso: trabalha-se para entrar em contato com as potências divinas e para se tornar mais querido aos imortais; no período arcaico, o êxito da ação técnica não se diferencia da magia: a mesma *métis* é a do artesão e da arte do feiticeiro.

A partir do século VI, porém, inicia-se uma ruptura com os tempos arcaicos, dado o advento da Polis (entre os séculos VIII e VII) e o nascimento da Filosofia (século VI), marcando um novo começo: a vida social e as relações entre os homens tomam uma forma nova, cuja originalidade será plenamente sentida pelos gregos na Razão, exprimida essencialmente no plano Político, e a agricultura passa então a ser situada no mesmo plano que os outros ofícios (VERNANT, 1977). Despojado de seu privilégio religioso, o trabalho da terra perde sua dignidade particular e se insere na categoria das ocupações servis que só exigem um gasto de energia física (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1989). Também a condição de artesão sofre uma depreciação, conforme os autores, um desprestígio social correspondente a uma transformação na função da própria atividade técnica: na Grécia Clássica, a cidade condena o luxo e prega um ideal de austera severidade; em nome da igualdade cívica, ela reprova as manifestações ostentatórias comuns em tempos anteriores, as despesas suntuosas.

De acordo com Vernant (1977), chega um momento em que a cidade rejeita as atitudes tradicionais da aristocracia tendentes a exaltar o prestígio, a reforçar o poder dos indivíduos e a elevá-los acima do comum. Então, conforme detalha o autor, a ostentação da riqueza, o luxo das vestimentas, a suntuosidade dos funerais,

⁵ Não há entre os gregos antigos uma noção global no sentido abstrato equivalente ao que se chama hoje de trabalho, tampouco um termo correspondente no idioma grego; as diversas atividades são listadas nesse período em sua pluralidade, conforme esclarecem Vernant e Vidal-Naquet (1989).

⁶ Daqui adiante, sempre que se referir ao mundo Grego, trata-se do período a.C.

⁷ Relativo à genealogia e filiação dos deuses.

as manifestações excessivas da dor em caso de luto, um comportamento muito ostensivo das mulheres, ou o comportamento demasiado seguro, demasiado audacioso da juventude nobre, todas essas práticas são doravante rejeitadas porque, acossando as desigualdades sociais e o sentimento de distância entre os indivíduos, suscitam a inveja, criam dissonâncias no grupo, colocam em perigo seu equilíbrio, sua unidade, dividem a cidade contra si mesma. O que agora é preconizado é um ideal austero de reserva e de moderação, um estilo de vida severo, quase ascético, que faz desaparecer entre os cidadãos as diferenças de costumes e de condição para melhor aproximá-las uns dos outros, uni-los como os membros de uma só família. Em decorrência, conforme Vernant (1997) e Vernant e Vidal-Naquet (1989), o demiurgo de antes, que fabricava objetos encomendados e que eram símbolos de valor pessoal e de superioridade social, agora é relegado ao lugar que corresponde à sua função no Estado: subalterno, negociante sedentário; não produz mais obras maravilhosas, mas traz para a *Ágora* mercadorias de uso corrente em troca de um salário. A *métis* deserta os artesãos: a obra possui mais perfeição que o operário; o homem é menor que sua tarefa; o homem não precisa, em seu trabalho, nem de espírito de iniciativa nem de reflexão – sua função e sua virtude, dirá Aristóteles, é obedecer (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1989).

Os mesmos autores ressaltam ainda que, na época clássica, concluída a laicização das técnicas, o êxito profissional passa a se basear na eficácia de suas receitas positivas, no saber prático adquirido pela aprendizagem. Para os sofistas, então, o saber assume a forma de receitas que podem ser codificadas e ensinadas, sendo que todas as ciências, todas as normas práticas, a moral, a política e a religião serão tratadas dessa maneira numa perspectiva “instrumentalista” como técnicas de ação a serviço dos indivíduos e das cidades (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1989). Entretanto, cabe esclarecer que a divisão das tarefas que então acontece, de acordo com os autores, não é sentida como uma instituição cujo objetivo seria dar ao trabalho em geral seu máximo de eficácia produtiva; é, ao contrário, uma necessidade inscrita na natureza do homem que faz ainda melhor uma coisa porque faz exclusivamente aquilo, conforme então se concebia. Desse modo, nesse contexto não se considera a divisão das tarefas como um meio de organizar a produção para obter mais com a mesma quantidade de trabalho: seu mérito consiste em permitir aos vários talentos individuais exercerem-se em atividades que lhes são próprias e criar por esse meio obras o mais bem feitas possível (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1989).

Essas transformações e suas consequências deixam claro que, ao se pensar o trabalho humano, é todo um conjunto de valores que está num jogo (que não é estanque) produtor de e produzido por normas, normas que não são leis naturais, mas passíveis de retrabalho, de renormalizações. Jogo esse que é um vaivém entre o micro do trabalho e o macro da vida social, um fluxo de valores religiosos, políticos e sociais que afetam o estatuto social do trabalho. É tudo isso no ato mesmo de trabalhar. Assim, a atividade de trabalho, parafraseando Schwartz (2003), é atravessada de história.

E se o surgimento da polis e do pensamento filosófico marca uma ruptura em relação ao pensamento mítico, provocando profundas alterações tanto na forma como o trabalho é experimentado quanto na forma como é representado, avançando um

pouco no tempo podemos destacar, ainda, outro fato histórico que fará despontar outro notável sentido para o trabalho: a propagação do cristianismo.

Nesse plano, a importância dada a Santo Agostinho,⁸ na história do pensamento ocidental, faz com que consideremos aqui suas reflexões sobre o trabalho. Tendo vivido de 354 a 430, Aurélio Agostinho reflete amplamente sobre as atividades lucrativas de seu tempo, bem como sobre a condição laboriosa do ser humano em geral (SALAMITO, 2005). Ele elogia as profissões por possibilitarem o progresso, realizado pelo homem através das diversas áreas técnicas, como construção, agricultura, navegação, fabricação de todo tipo de objeto, etc. (AGOSTINHO, 1969). Mas, marcadamente, também compara o trabalho diário a dados bíblicos o vê como possibilidade de louvar a Deus, uma vez que, através de Adão, a humanidade teria vocação agrícola, não sendo o trabalho consequência de uma maldição (AGOSTINHO, 2005). Para ele, o trabalho é ainda atividade divina: no paraíso, o Criador trabalha guardando o homem; Deus cultiva o coração humano como um camponês cuida de seu campo (AGOSTINHO, 1990).

Essa concepção de trabalho, contudo, é substituída na própria tradição cristã, e também na judaica, por uma relação entre trabalho e castigo, sofrimento e tormento – formas de fazer do homem condenado um ser menos pecador –, que perdurará até o século XV, conforme Alborno (1986). De acordo com a autora, essa associação entre trabalho e maldição, que marca a cultura ocidental em especial em contextos de escravidão, difere outra vez daquela que a sucede e que floresce com o Renascimento, período em que o trabalho remete à ideia de construção e criação do mundo, uma forma de expressão do sujeito e motivação para o desenvolvimento humano.

E, se quisermos mais exemplos de como o trabalho tem sido representado de diferentes formas em diferentes contextos históricos e sociais, pode-se também destacar o olhar econômico lançado por Smith (1981), que vê nele a base da riqueza de uma nação, sendo o aumento da potência produtiva o fator promovedor de crescimento da mesma. Rompendo com a tese mercantilista que sustentava que a riqueza de uma nação era medida pelo acúmulo de metais preciosos e que a política deveria garantir um balanço comercial excedente, Smith (1981), conforme confirma Mercure (2005), passa a atribuir lugar central ao trabalho do homem como a principal fonte de riqueza, fazendo relação entre divisão do trabalho e troca.

De modo distinto, a associação que Saint-Simon (1965) faz ao trabalho é entre história e ciência. Le-Guyader (2005, p.146) afirma que, na obra do filósofo e economista, “a sociedade é o conjunto e a união dos homens dedicados a trabalhos úteis”, sendo que, por serem naturalmente preguiçosos, os homens devem ser forçados a trabalhos úteis para sua própria preservação, ainda que não concebam a utilidade dos mesmos; assim, ele defende que os interesses dos industriais particulares estão de acordo com os interesses comuns e que cada um tem obrigação de fazer obra útil à humanidade, cabendo ao pobre alimentar o rico e ao rico fazer trabalhar seu cérebro. Na sua concepção utilitarista produtivista, o trabalho é a fonte das virtudes.

⁸ Santo Agostinho vive de 354 a 430 da nossa era e, portanto, também não conhece a noção abstrata de trabalho como conjunto de atividades humanas produtoras de utilidade social; ele escreve em latim, língua que não tem nenhuma palavra para expressar, sozinha, essa noção contemporânea (SALAMITO, 2005).

Alargando ainda mais essa exemplificação, com o intuito de discutir a dificuldade de se assumir um ponto de vista único e normativo sobre o conceito de trabalho, podemos observar também que Hegel (2005), ao explicá-lo de modo fenomenológico, o conceitua como uma ação intencional de exteriorização do sujeito. Este, visto pelo filósofo como um “ser-para-si”, dotado de capacidade de determinar a si mesmo e de fazer de si mesmo, de maneira interna, coisa ou objeto, pode, por meio de uma ação intencional – um trabalho –, exteriorizar-se e, “exteriorizando-se a si mesmo, ele ‘se faz ele próprio coisa’ ou ‘objeto’ (BUSCH, 2005, p.92). Assim, na explicação fenomenológica de Hegel (2005), o trabalho parece um modo de exteriorização da essência, um modo de “coisificação” da cerne do sujeito.

A esse ponto, não poderíamos deixar de citar Marx (1988), que trata do trabalho assalariado, vendo nele a relação social organizadora de atividades humanas especificamente capitalistas e, na qual, máquinas e organizações criam produtos materiais ou imateriais que se tornam mercadorias. Spurr (2005) confirma ainda que: para Marx (1988), o trabalho realizado nesse processo de produção é apenas suporte do trabalho abstrato que, por sua vez, cria a mais-valia, necessária à acumulação do capital; enquanto o trabalho concreto é o dispêndio intelectual e físico na produção de bens, o trabalho abstrato é criador de valor, sendo a valorização o modo de existência e de reprodução do capital.

Fazendo ainda outro contraponto, podemos indicar que, sobre aquilo que Marx (1988) chama de “alienante e desumano” – o trabalho moderno, efetuado nas fábricas –, Durkheim (1999) lança sua perspectiva sistêmica de “realista social” e tenta delimitar quais as funções e as causas da divisão do trabalho na sociedade. Conforme corrobora Tiryakian (2005, p.219), Durkheim (1999) “se demora principalmente não na significação do trabalho para o operário, mas na questão da solidariedade e de seus efeitos sobre a integração social”, buscando uma explicação para a solidariedade orgânica. Durkheim (1999) defende que a divisão do trabalho moderno tem como importante efeito a solidariedade – ou seja, a coesão – gerada entre os homens. Assim, nas sociedades modernas, a solidariedade mecânica (aquela proporcionada pelas tradições, crenças e costumes) está praticamente ausente e, conseqüentemente, os indivíduos não se sentem pertencendo a uma coletividade, o que faz com que as violações das proibições sociais acentuem-se. Para o autor, a divisão do trabalho cumpre, então, importante papel, uma vez que eleva a dependência e a coesão entre os indivíduos.

As representações para o trabalho cortam ainda o plano religioso, como vemos em Weber (1994). Ele constata a afinidade entre certas concepções protestantes e o espírito de empreendedorismo, afinidade esta que contribuiu para uma valorização religiosa do trabalho que chegou a tal ponto de fazer dele a essência da realização pessoal (WILLAIME, 2005). De acordo com Muller (2005), não se encontra em Weber (1994) um conceito filosófico e antropológico do trabalho; no entanto, ele concede um lugar importante à sua significação ao estabelecer um elo estreito entre trabalho, personalidade e modo de vida.

Já com a revolução industrial e o desenvolvimento do que depois se denominou gerencialismo, o trabalho humano passará a ser então alvo marcadamente de tentativas de planejamento, organização, direção e, principalmente, controle,

sendo a Organização Científica do Trabalho – OCT – o ponto máximo das tentativas de simplificação do trabalho humano. No século XVIII, Ferguson (2000, s./p.) dirá: “A perfeição, relativa às manufaturas, consiste em poder viver sem o espírito, de maneira que, sem requerer a mente, o ateliê possa ser considerado como uma máquina cujas partes são os homens”, exemplificando sucintamente os germens da lógica que Taylor (1990), posteriormente, sistematizaria como “Administração Científica”. Nessa lógica, ele persegue até o nível infinitesimal a decomposição dos movimentos e a medida dos tempos, com intuito de otimizar o gesto produtivo.

No entanto, Schwartz (2011a) lembra que a simplificação do trabalho é ilusória e parcialmente impossível, uma vez que a atividade técnica – passível de medições e decomposições – é apenas uma das dimensões do trabalho humano, sendo a outra tudo aquilo de enigmático que o “lidar com a técnica” pode comportar. Na concepção ergológica, o conceito de trabalho diz respeito, portanto, à dialética entre essas duas dimensões, adiante melhor exploradas.

DA REPRESENTAÇÃO À ATIVIDADE

Resgatamos todos os exemplos mencionados anteriormente com dois propósitos: 1) mostrar que o trabalho é sempre encontro e debate de valores e que, se isso é ignorado, não se pode compreendê-lo bem (SCHWARTZ, 2010c); 2) mostrar que ao se falar de trabalho é necessário retrabalhar, “torcer” o conceito, colocar-se num posto de, como diz Schwartz (2002), desconforto intelectual, uma vez que é normal dispor de conceitos para pensar a ação humana e suas eventuais regularidades, mas não se pode permitir que a racionalidade orientada pelos conceitos elimine o papel do debate de normas e valores na dinâmica da produção de saberes (SCHWARTZ, 2003).

Colocadas essas duas observações, podemos então nos aprofundar, nunca de modo acabado, no sentido pretendido pela abordagem ergológica para o conceito de trabalho, e sua ligação com o termo atividade, a saber, o conceito do Trabalho como Atividade Humana. Isso sem negar que: essa construção de saber é também uma atividade, uma atividade de trabalho, atravessada ela mesma por debates de valores e escolhas (SCHWARTZ, 2003); esse conceito forma uma unidade dialética com a vida (DURRIVE; SCHWARTZ; 2008), mesmo porque “o utilizar conceitos é já de certa maneira julgar, decidir e engajar-se” (SCHWARTZ, 2001, p.142); não se busca para esse conceito a legitimidade característica dos fenômenos naturais, o que seria uma mutilação da atividade e uma usurpação (DURRIVE, 2011). Em outros termos, cabe não perdermos de vista que, como demonstrou Foucault (2007, p.516), “todo conhecimento se enraíza numa vida, numa sociedade, numa linguagem que tem uma história, e, nesta história mesma, ele encontra o elemento que lhe permite comunicar-se com outras formas de vida, outros tipos de sociedade”.

Então, conforme coloca Durrive (2011), a elaboração do conceito ergológico de trabalho se faz numa relação de aderência e desaderência, na medida em que é uma dialética entre o que é pré-pensado e pré-tratado no plano conceitual e o que a vida humana, ancorada no “aqui-agora”, obriga a pensar e a fazer. O conceito ergológico de trabalho, portanto, é produto de uma articulação paradoxal: de

um lado, é regido por uma exigência epistêmica, ligada ao objetivo de conhecer por meio de arquiteturas regulares e coerentes, características dos conjuntos conceituais, com objetivo de neutralizar o histórico e os juízos de valor e de colocar o pesquisador num posto de descentramento; por outro lado, há uma exigência ergológica que leva ao caminho oposto, aproximando o conceito o mais perto possível de sua aderência local visando apreender as configurações de saberes e de valores gerados no contexto (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008; SCHWARTZ, 2002). Assim, o conceito ergológico de trabalho é, ele mesmo, do tipo epistêmico-ergológico, ou seja, obriga-se a sempre considerar as renormalizações em sua abordagem, instruindo-se delas (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008). Esse exercício formador, que consiste em retorcer e retrabalhar conceitos, faz retrabalhar também os valores humanos, sociais e coletivos rumo à renovação dos saberes formais e disciplinares e à transformação dos meios de vida (DURRIVE, 2011), o que permite ir além de uma antítese, distinguindo conceito e vida sem jamais separá-los (CANGUILHEM, 1994). É preciso considerar ainda que “uma vez que se transitou algum tempo pelo que se chamou de dispositivo dinâmico de três polos, a questão do poder não se coloca como antes” (SCHWARTZ, 2011b, p. 166). Ou seja, novos horizontes se delineiam no âmbito da abordagem ergológica no que diz respeito ao seu tipo de formulação de conceitos e conhecimento, horizontes estes que ainda muito instigam a desvendar.⁹

Por ora, entretanto, podemos observar pelo menos três características da conceituação do trabalho na Ergologia, com base no que até aqui expusemos: 1) reconhece-se atravessada por debates de valores e, portanto, assume-se em partes como uma escolha; 2) afirma-se inseparável dos meios de vida, reconhecendo assim a impossibilidade de uma neutralidade completa na sua própria construção, bem como seu caráter interventor; 3) é palco e ator de uma relação de forças entre o geral e o singular e, portanto, não é estanque. Arriscando uma metáfora, poderíamos dizer que o conceito ergológico de trabalho, ao ser forjado como instrumento para debruçarmo-nos sobre as dimensões contidas na penumbra da atividade humana, ressoa como um conceito caligramático: desenha, também em si mesmo, aquilo que se propõe a elucidar.

Por conseguinte, para prosseguir, nesses termos, a tarefa de nos aprofundarmos sobre a conceituação ergológica do trabalho, convém lembrar que o mesmo nunca começou e, ao mesmo tempo, rejuvenesce sem cessar (SCHWARTZ, 2004a). Isso porque, conforme o autor, os diferentes limiares em que é sempre possível afirmar que começa o trabalho, seja o *homo habilis*, seja o neolítico, seja a emergência do capitalismo, transformaram profundamente a noção do trabalho sem, no entanto, impedir que existam elementos fundamentais que atravessam esses limiares. Esses elementos dizem respeito, por exemplo, à impossível simplificação do trabalho e sua redução à pura execução; e ainda à “ilusão” da divisão do trabalho, seja ela social ou técnica (SCHWARTZ, 2011a). De acordo

⁹ Apesar de essa afirmativa ser lançada como fechamento de seu texto e permanecer em aberto, Schwartz (2011b) parece referir-se ao fato de que as relações entre saber e poder têm novas implicações ao se tratar de um saber produzido a partir do Dispositivo Dinâmico de Três Polos, uma vez que este leva a romper a dualidade sujeito-objeto, pesquisador-pesquisado, e a assumir uma postura em que um interpela o outro numa relação não hierarquizada, sob vigilância ética e epistemológica. O trabalhador deixa de ser objeto passivo de estudo para tornar-se coprodutor do conhecimento.

com o autor, tanto uma como a outra sempre foram instáveis, provisórias e conflituosas, sendo a razão disso o fato de que toda situação de trabalho provoca debates de normas individuais e coletivas. Estas desestabilizam toda divisão, uma vez que “todo sujeito, todo grupo humano no trabalho é um centro de vida, uma tentativa de apropriação do meio, e sua vida no trabalho não é uma cerca separada de sua ambição de vida global” (SCHWARTZ, 2011a, p.30).

Então, o conceito ergológico de trabalho é tratado como uma articulação antropológica e histórica (TRINQUET, 2010; SCHWARTZ, 2011a; DURRIVE, 2011). Antropológica porque, uma vez que trata do trabalho humano, suscita como ponto de partida uma questão fundamental: “*O que é um homem no mundo e, mais radicalmente, o que é viver?*” (DURRIVE, 2011, p.50) e faz reconhecer que “viver é irradiar”, é organizar o meio em função de si como centro de avaliação, de valorização, de decisão concernente ao próprio agir, e ainda se confrontar com um mundo de normas (CANGUILHEM, 1992). Histórica porque os conteúdos dessa articulação não são genéricos, mas passam por processos de diferenciação, de singularização (SCHWARTZ, 2004a). Essa articulação – antropológico/histórico – leva a reconhecer que o “trabalho não é só uma realização técnica e/ou mecânica, a qual muitos o reduzem” e a admitir que “o trabalho e o Homem estão íntima e enigmáticamente ligados” (TRINQUET, 2010, p.96), o que faz com que a distinção ergonômica entre atividade de trabalho e atividade humana (GUÉRIN *et al.*, 2001) se esvaeça, uma vez que entre uma ação humana qualquer e um trabalho economicamente caracterizado não há descontinuidade absoluta: ambos são comensuráveis a uma experiência, a de uma negociação problemática entre normas antecedentes e as normas de sujeitos singulares, sempre a serem redefinidas “aqui e agora” (SCHWARTZ, 2004a).

O trabalho é, então, para a Ergologia, “um ato de natureza humana que engloba e restitui toda complexidade humana” (TRINQUET, 2010, p.96). O conceito de trabalho como atividade humana ultrapassa, portanto, o recurso ao conceito de “atividade” que, conforme Schwartz (2004a, p. 37), é abundante na linguagem e nos textos dos profissionais da análise do trabalho sem, no entanto, deixar de ser “*gauche*”,¹⁰ impreciso, estigma de um pensamento em busca de seu rigor”, visto que, como pontua Schwartz (2008), é impossível fazer uma teoria da atividade: “pode-se argumentar ‘cientificamente’ que não há ciência da atividade” (SCHWARTZ, 2011b, p.165). Para pensar o trabalho como atividade humana é, então, necessário compreender a atividade como “[...] um impulso de vida, de saúde, sem limite predefinido, que sintetiza, cruza e liga tudo o que se representa separadamente (corpo/espírito; individual/coletivo; fazer/valores; privado/profissional; imposto/desejado, etc.)” (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008, p.23).

Na concepção ergológica, “a atividade, que sempre escapará de qualquer modelização, categorização, saber disciplinar, instrumento de medida” (SCHWARTZ, 2011b, p.146), é um enigma a ser perscrutado.

Na atividade de trabalho, há, sem dúvida, uma parte antecipável, visto que toda situação de trabalho é sempre aplicação de um protocolo: há normas a respeitar,

¹⁰ Desajeitado, estranho.

um regulamento a aplicar, não somente por questões de responsabilidade, mas também porque essas normas são, em parte, experiência capitalizada, escolhas políticas, escolhas orçamentárias que se devem traduzir (SCHWARTZ, 2010a). Porém, outra parte é inantecipável, visto que “a atividade é sempre ancorada no presente” (DURRIVE, 2011, p.51) e que toda situação de atividade é, sempre, numa proporção jamais antecipável, não somente encontro, mas encontro de encontros a gerir (SCHWARTZ, 2010a), o que remete à singularidade na atividade cotidiana de trabalho, aos efeitos da dimensão história de toda prática, à não repetibilidade perfeita das situações humanas, sociais, produtivas (SCHWARTZ, 2004a).

Essa dialética ocorre entre dois registros, chamados por Schwartz (2010b) de Registro Um e Registro Dois, ou ainda por Daniellou (2001) de Trama e Urdidura. O Registro Um, visível e relativamente interpretável, refere-se ao lado protocolar que toda atividade comporta: objetos, técnicas, tradições, o codificado, as ferramentas, tudo o que pode ser conservado, escrito e transmitido anteriormente, regras, prescrições, leis, procedimentos técnicos extraídos de conhecimentos científicos, etc.; já o Registro Dois, uma penumbra sempre enigmática, refere-se ao ato humano de lidar com o Registro Um, àquilo que faz reviver as técnicas num dado momento (SCHWARTZ, 2010b). Essa articulação engloba e amplia a distinção ergonômica entre trabalho prescrito e trabalho real. A “batalha do trabalho real”, batalha exclusivamente intelectual e acadêmica que visava demonstrar que sempre há uma distância entre o trabalho na forma como requerido e na forma como realmente realizado (TRINQUET, 2010), batalha ganha pelos ergonomistas, serviu para fazer compreender a atividade laboral como “a maneira pela qual as pessoas se engajam na gestão dos objetivos do trabalho, num lugar e num tempo determinados, servindo-se dos meios disponíveis ou inventando outros” (TELLES; ALVAREZ, 2004, p.72). A noção de normas antecedentes, no entanto, conforme ressaltam as autoras, é mais abrangente que a de trabalho prescrito, elas possuem caráter híbrido: abarcam restrições de execução heterodeterminadas; são construções históricas; indicam valores que não se referem apenas a uma dimensão monetária.

Sabendo que uma norma, uma regra, é aquilo que serve para fazer bem feito, para instituir, para reinstituir (CANGUILHEM, 1999), não se pode negar o caráter necessário das normas antecedentes, uma vez que é a elas que os protagonistas se referem para realizar as tarefas (NOUROUDINE, 2011). Faz-se relevante esclarecer ainda que “a existência, em todos os níveis, de normas gerais que não consideram as singularidades históricas e individuais é uma aquisição ‘não negociável’ de nossa humanidade” e que “nada é mais fácil, demagógico, do que criar partes de mercado midiáticas que denunciem aqui e ali as coerções, regras, leis que limitariam nossa espontaneidade criativa, originalmente boa e feliz” (SCHWARTZ, 2011b, p.135). Em outros termos, conforme o autor referido, “normas antecedentes”, por um lado, se justificam, deduzindo-se do que simplesmente é um patrimônio universal da humanidade, uma vez que delas também participam capitalizações da experiência histórica da humanidade como heranças que tendem a unificar os homens, a tornar possível sua vida em conjunto, a pacificar, fecundar sua coabitação.

Entretanto, “a norma não tem autoridade de uma lei natural [...], sendo a expressão daquilo que uma instância avalia como devendo ser” (DURRIVE, 2011, p.49). Essa

instância, de acordo com o autor, pode ser exterior ao indivíduo (normas exógenas, aquilo que se exige de cada um, que se tenta lhe impor), mas pode ser também o próprio indivíduo, uma vez que cada um tende a definir suas próprias normas para agir, e isso porque, como afirma Canguilhem (1947), todo homem quer ser sujeito de suas normas, sendo esse desejo algo vital.

No âmbito do trabalho entendido como atividade humana, isso permite compreender por que a ação tem um início e um fim determinados, podendo ser identificada, atribuída a uma decisão, sujeita a uma razão, enquanto a atividade de trabalho é, por sua vez, sempre o lugar de reapreciação, de julgamentos sobre os procedimentos, os quadros, os objetos do trabalho, e não cessa de ligar um vaivém entre o micro do trabalho e o macro da vida social cristalizada (SCHWARTZ, 2011a). E também “entre o verbo e o corpo, entre a história coletiva e o itinerário singular”, sendo “o lugar de um debate incessantemente reinstaurado entre normas antecedentes a serem definidas a cada vez em função de circunstâncias e processos parciais de renormalizações” (SCHWARTZ, 2002, p.135). Assim, cada vez que o homem é convocado a agir, ele é confrontado com o que exigem dele e com o que ele exige de si, e então ele entra num debate de normas (DURRIVE, 2011), o que leva a compreender o trabalho, atividade humana, como um uso de si.

Para tanto, é preciso considerar que os indivíduos são únicos e singulares e suas histórias e suas experiências refletem e interferem na realização de suas atividades. Por isso, todo ato do trabalho é um uso de si por si e pelos outros nos coletivos de trabalho, chamados por Schwartz (1998, 2000, 2004a, 2004b, 2010d) e por Schwartz, Duc e Durrive (2010c) de “dramáticas de uso de si”. Conforme os autores, “dramática” remete ao fato de que no trabalho há sempre um destino a se viver, destino que será determinado pelas escolhas feitas constantemente. Com as escolhas, sabe-se que há os riscos: risco de falhar, de criar dificuldades novas, de desagradar. Ao mesmo tempo, “escolher essa ou aquela hipótese é uma maneira de se escolher a si mesmo – e em seguida de ter que assumir as consequências de suas escolhas” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010c, p.191). Uma *dramatique* é, portanto, o lugar de uma micro-história, essencialmente inaparente, na qual cada um se vê na obrigação de se escolher ou escolher orientar sua atividade de tal ou tal modo (SCHWARTZ 1998). Quando se diz que trabalho é uso de si, isso quer dizer que é o indivíduo no seu ser que é convocado para arbitrar as escolhas; são, mesmo no inaparente, recursos e capacidades infinitamente mais vastos que os que são explicitados, que a tarefa cotidiana requer, mesmo que esse apelo possa ser globalmente esterilizante em relação às virtualidades individuais (SCHWARTZ, 2000).

O uso de si por si refere-se ao posicionamento que cada trabalhador toma diante das normas com as quais se depara, fazendo escolhas que levam em conta seus gostos, sua inteligência, sua história e sua sensibilidade, recombina valores e critérios na busca por uma adequação à sua “realidade”; o uso de si pelos outros remete a um conjunto de estatutos diversos, uma vez que jamais se trabalha totalmente sozinho, sendo que os “outros” podem ser os colegas de trabalho, os avaliadores, os que pagam pelo trabalho, os que fazem a prescrição, fazendo do trabalho uma realidade profundamente coletiva e profundamente individual, visto que é profundamente singular (SCHWARTZ, 2004a; SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, 2010c).

Por fim, cabe ainda destacar uma última consideração. Uma vez que a noção ergológica de trabalho como atividade humana convida a “ir ver o trabalho de perto” (DURAFFOURG; DUC; DURRIVE, 2010, p.60), ela demanda que, em partes, a influência de perspectivas macro não impeça de colocar como critério fundamental de apreciação das situações a atividade concreta de trabalho. Assim, é relevante pontuar que, apesar de por diversas vezes Schwartz (2004a, 2010b, 2011a) recorrer a Marx para falar do trabalho, ele não o trata “fora de toda chancela particular” ou em seu caráter abstrato. Schwartz (2011a) concorda, por exemplo, que é incontestável que a Organização Científica do Trabalho concorreu para a redução do trabalho à pura execução e pôde de fato transformar profundamente as estruturas da produção social, multiplicar a produção de riquezas e inscrever-se como um elemento fundamental de inteligibilidade da história contemporânea. Porém, a proposta do autor é compreender o trabalho em sua dimensão histórica e singular, na atividade, conforme já exposto. Assim, sobre a relação trabalho-sociedade na concepção ergológica, a dinâmica que se estabelece não é nitidamente determinística, mas sim de mão dupla ou circular, sendo que o mais simples ato de trabalho pesará nas mudanças globais, mas também os aspectos sociais irão interferir no trabalho. De acordo com Schwartz, Duc e Durrive (2010a), do mais local na atividade ao mais global na escala da sociedade, o que há são debates permanentes de normas e de valores e, portanto, polarizar “trabalho” (num sentido mercantil) e “sociedade” e, a partir dessa concepção, buscar matrizes de história seria algo não muito frutífero atualmente. O “micro” da atividade humana pesa no “macro” da vida social e também o inverso, e a relação trabalho-sociedade dá-se no âmbito das gestões “do” e “no” trabalho, ou seja, das “dramáticas de uso de si”, ou dos “debates de normas”, conforme os autores reforçam. “É nessas circulações que transitam entre meios de trabalho e de vida que se formam e deformam os valores que dizem respeito ao viver juntos. É aí que se comunicam sem descontinuidade a grande e a pequena história” (SCHWARTZ, 2011b, p.140). A noção ergológica de atividade nas palavras de Schwartz significa

[...] preencher a atividade de seu verdadeiro conteúdo em penumbra, de sua capacidade de criar, em cada ponto de nossos espaços de vida, histórias, novas microconfigurações as quais nenhuma racionalidade normativa, tão aperfeiçoada que fosse, poderia antecipar. Em penumbra porque essa atividade humana tem a propriedade de não ser acessível por meio de um encaminhamento simples (SCHWARTZ, 2011b, p.134).

Ou seja, a noção convida assim para o desvendamento da riqueza, historicidade e singularidade parcialmente ocultas no trabalho humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lá onde as grandes correntes filosóficas abriram mão de perscrutar; lá onde a Organização Científica do Trabalho enxergou apenas objeto plenamente passível de planejamento, organização, direção, controle e transformação em máquina repetitiva; lá onde muitos dos atuais analistas profissionais do trabalho pretendem ainda preencher com modelos generalistas; é exatamente lá que a abordagem ergológica, ao utilizar como ferramenta o conceito de trabalho como atividade

humana, estabeleceu como alvo para lançar suas flechas, tomando emprestada uma expressão foucaultiana.

Assim, neste ensaio buscamos trazer mais luz sobre a riqueza dessa ferramenta conceitual, bem como aprofundar alguns pontos ao reforçar algumas de suas especificidades cuja compreensão contextualizada é imprescindível ao pesquisador que dela se propõe a fazer uso. São as dimensões esquecidas, inaparentes, tradicionalmente tratadas como irrelevantes, aquilo que a noção ergológica de “atividade” busca restituir ao homem que trabalha e incorporar, de modo parcial, no plano conceitual. É tudo o que de enigmático e irredutível pode comportar o ato de trabalhar. Vastas minúsculas possibilidades, incrustadas de singularidades e historicidades.

E se quisermos perscrutar ainda o impacto da Ergologia para os estudos sobre o trabalho no Brasil, seria possível empreender uma análise para delinear a instauração atual de uma nova discursividade nesse âmbito. E, talvez o mais importante, constatar que se trata de uma discursividade que, ao ter como prerrogativa o que chama de dispositivo dinâmico de três polos, vem fundar, logo na sua gênese, a coparticipação daquilo que outrora ocupava o posto de objeto de estudo – na pessoa do trabalhador – no ato mesmo de estudar, e assim não apenas restitui a si mesma seu caráter de acontecimento, como também viabiliza novas configurações na relação entre saber e poder. São questões para o futuro.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO Santo, Bispo de Hipona. **A cidade de Deus**. São Paulo: Ed. das Américas, 1969.
- _____. **Confissões**. 10.ed. Petropolis: Vozes, 1990.
- _____. **Comentário ao Gênesis**. São Paulo, SP: Paulus, 2005.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BUSCH, Hans C. S. Exteriorização e Economia: a teoria hegeliana do trabalho e da sociedade civil. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Org.). **O trabalho na História do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.63-87.
- CANGUILHEM, Georges. Milieu et normes de l’homme au travail. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v.3, p.120-136, 1947.
- _____. **La connaissance de la vie**. Paris: Vrin, 1992.
- _____. **Etudes d’histoire et de philosophie des sciences**. Paris: Vrin, 1994.
- _____. **Le normal e le pathologique**. Paris: PUF, 1999.
- DANIELLOU, François. Introdução: questões epistemológicas acerca da Ergonomia. In: DANIELLOU, François (Coord.). **A Ergonomia em busca dos seus princípios: debates epistemológicos**. São Paulo: Edgard Blüncher, 2001. p.1-18.
- DURAFFOURG, Jacques; DUC, Marcelle; DURRIVE, Louis. O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). **Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. 2.ed. Niterói: EdUFF, 2010. p.47-87.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURRIVE, Louis. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.9, supl.1, p.47-67, 2011.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. Revisões temáticas: glossário da Ergologia. **Laboreal**, v.4, n.1, p.23-28, 2008.

FERGUSON, Adam. **Essai sur l'histoire de la société civile**. Paris: PUF, 2000.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GUÉRIN, François *et al.* **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da Ergonomia. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HESÍODO. Os trabalhos e os dias: primeira parte. São Paulo: Iluminuras, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1993.

LE-GUYADER, A. Claude-Henri de Saint-Simon: nascimento do intelectual orgânico da sociedade industrial. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Org.). **O trabalho na História do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.137-166.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MERCURE, Daniel. Adam Smith: as bases da modernidade. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Org.). **O trabalho na História do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.63-87.

MIGEOTTE, Léopold. Os filósofos gregos e o trabalho na antiguidade. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Org.). **O trabalho na História do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.17-36.

MULLER, Hans Peter. Trabalho, profissão e "vocação": o conceito de trabalho em Max Weber. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Org.). **O trabalho na História do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.234-258.

NOUROUDINE, Abdallah. Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais o trabalho? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.9, supl.1, p.69-83, 2011.

SAINT-SIMON, Claude-Henri de. L'industrie. In: _____. **La physiologie sociale**: Oeuvres choisies. Paris: PUF, 1965.

SALAMITO, Jean-Marie. Trabalho e trabalhadores na obra de Santo Agostinho. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Org.). **O trabalho na História do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.37-62.

SANTOS, Eloisa Helena. Incorporação da Ergologia no Brasil: avanços, limites e perspectivas. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.21, n.3, p.27-43, set.-dez. 2012.

SPURK, Jan. A noção de trabalho em Karl Marx. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Org.). **O trabalho na História do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.189-211.

SCHWARTZ, Yves. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.19, n.65, p.101-140, dez. 1998.

_____. Trabalho e uso de si. **Pro-Posições**, São Paulo, v.1, n.5, p.34-50, jul. 2000.

_____. Ergonomia, filosofia e exterritorialidade. In: DANIELLOU, François (Coord.). **A Ergonomia em busca dos seus princípios**: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blüncher, 2001. p.141-180.

_____. Disciplina Epistêmica, Disciplina Ergológica: paideia e politeia. **Pro-Posições** (Unicamp), Campinas, v.13, n.1, jan.-abr. 2002, p.126-149.

_____. Trabalho e saber. In: CONFERÊNCIA DE ABERTURA DO SEMINÁRIO TRABALHO E SABER. Seminário Trabalho e Saber, Belo Horizonte, maio 2003.

_____. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industriosa. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.33-55, 2004a.

_____. Trabalho e gestão: níveis, critérios, instâncias. In: FIGUEIREDO, Marcelo (Org.). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004b. p.23-33.

_____. Um passeio pelo bosque da filosofia: Yves Schwartz, um pensador da atividade humana, sempre inédita e regida por valores. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v.13, n.2, p.93-102, maio-ago. 2008. Entrevista concedida a Roseli Fígaro.

_____. A experiência é formadora? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.35, n.1, p.35-48, 2010a.

_____. A trama e a Urdidura. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2.ed. Niterói: EdUFF, 2010b. p.103-109.

_____. Reflexão em torno de um exemplo de trabalho operário. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2.ed. Niterói: EdUFF, 2010c. p.37-46.

_____. Uso de si e competência. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2.ed. Niterói: EdUFF, 2010d. p.205-221.

_____. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.9, p.19-45, 2011a.

_____. Manifesto por um ergoengajamento. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea P. **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011b. p.132-166.

SCHWARTZ, Yves; DUC, Marcelle; DURRIVE, Louis. O homem, o mercado e a cidade. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2.ed. Niterói: EdUFF, 2010a. p.247-273.

_____. Trabalho e Ergologia. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2.ed. Niterói: EdUFF, 2010b, p.25-36.

_____. Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2.ed. Niterói: EdUFF, 2010c. p.189-204.

SMITH, Adam. **Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TELLES, Ana Luiza; ALVAREZ, Denise. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: FIGUEIREDO, Marcelo (Org.). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p.63-90.

TERSSAC, Gilbert de; MAGGI, Bruno. O trabalho e a abordagem ergonômica. In: DANIELLOU, François (Coord.). **A Ergonomia em busca dos seus princípios**: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blüncher, 2004. p.79-104.

- TIRYAKIAN, Edward A. O trabalho em Émile Durkheim. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Org.). **O trabalho na História do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.215-233.
- TRINQUET, Pierre. Trabalho e Educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, n. especial, p.93-113, ago. 2010.
- VERGNAUD, Gérard. Au fond de l'action, la conceptualisation. In: BARBIER, Jean-Marie (Org.). **Savoirs théoriques et saviors d'action**. Paris: PUF, 1996. p.275-292.
- VERNANT, Jean Pierre. **As origens do pensamento grego**. 2.ed. corr. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- VERNANT, Jean Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Trabalho e escravidão na Grécia Antiga**. Campinas (SP): Papirus, 1989.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 8.ed. São Paulo: Pioneira, 1994.
- WILLAIME, Jean-Paul. As reformas protestantes e a valorização religiosa do trabalho. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Org.). **O trabalho na História do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.63-87.

Data da submissão: 06/06/2014

Data da aprovação: 20/08/2014

